

# Senadores votam a LDO e Congresso entra em recesso

JORNAL DE BRASIL

04 JUL 1995

O Congresso Nacional encerrou ontem as atividades do primeiro semestre deste ano. A última votação antes do recesso aconteceu no início da noite, quando os parlamentares aprovaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), através de votação simbólica. Havia 110 deputados e 84 senadores no plenário.

Com a previsão de que a agenda de discussões das reformas constitucionais será ainda mais intensa no segundo semestre, líderes governistas e da oposição querem aproveitar o mês de julho para ampliar as negociações e realizar debates. Em pauta, a Medida Provisória da Desindexação, as propostas de reforma tributária e administrativa, além dos projetos de lei regulamentando as emendas da reforma econômica.

**Discussão** — "O recesso vai permitir que o Governo e os partidos aliados acertem os últimos detalhes das próximas etapas das reformas que começam a tramitar no Congresso no início de agosto", disse o líder do Governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS). O líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), vai mais longe e sugere que o presidente Fernando Henrique aproveite o recesso do Legislativo para discutir a reforma tributária com governadores e prefeitos. "Assim, queima-se uma etapa e a emenda chega aqui em ponto de bala", diz Inocêncio. A oposição também quer debates no recesso legislativo. Parlamentares do PT, PDT e PC do B defendem ontem a realização de debates, no mês de julho, para discutir a medida provisória da desindexação. "Não podemos adiar a discussão de um assunto tão complexo, que mexe no bolso do trabalhador", afir-

mou o deputado Paulo Paim, que apresentou ontem 51 emendas à MP da desindexação. O presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, Wigberto Tartuce (PP-DF), concorda e pretende realizar um ciclo de debates, este mês, para discutir o assunto.

**Calendário** — A preocupação dos líderes do Governo em tentar acertar este mês o calendário de votações do segundo semestre procede. É que a agenda de trabalhos promete ser muito mais movimentada. No Senado, serão concluídas as votações, em segundo turno, de quatro emendas constitucionais: empresa nacional, gás canalizado, navegação de cabotagem e fim do monopólio das telecomunicações. A emenda do petróleo terá que passar por três votações: na Comissão de

Constituição e Justiça e duas votações no plenário — com os votos favoráveis de 3/5 (49) dos 81 senadores.

A maior concentração de assuntos, porém, será na Câmara. É lá que começarão a ser discutidas as reformas tributária e administrativa. "São assuntos delicados que exigirão muita negociação", admite o vice-líder do Governo na Câmara, deputado Benito Gama (PFL-BA). A intenção dos líderes governistas é racionalizar ao máximo os trabalhos. Por isso, pretendem esgotar até o final da primeira quinzena de agosto a discussão da MP da desindexação. "A partir daí é dividir racionalmente o tempo de funcionamento do plenário e das comissões para a votação dos projetos e das emendas constitucionais", disse Rigotto.

Stuckert Filho



ACM: atuação do Congresso foi decisiva para o sucesso do real